

# CONHECIMENTO POPULAR E UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS PELA POPULAÇÃO BRASILEIRA: UMA REVISÃO

Beatriz de Carvalho Feitosa<sup>1</sup>  
Jéssica Laiz Pereira de Souza<sup>2</sup>  
Bárbara Vitória de Santos Moura<sup>3</sup>  
Vitália Bispo dos Santos<sup>4</sup>  
Ingrid Borges Siqueira<sup>5</sup>

Farmácia



ISSN IMPRESSO 1980-1769  
ISSN ELETRÔNICO 2316-3151

## RESUMO

A política de medicamentos genéricos foi implantada no Brasil com o intuito de oferecer ao consumidor medicamentos com baixo custo e melhoria na qualidade e acesso aos medicamentos pela população. O conhecimento popular sobre os medicamentos genéricos permite uma ampliação na utilização e segurança destes fármacos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é identificar por meio de uma revisão da literatura o conhecimento e acesso da população aos medicamentos genéricos. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e documental, a partir das bases de dados *Scielo*, *PubMed* e *ScienceDirect*, incluindo as publicações em português e inglês que abordavam o tema e publicados entre 2011 a 2021, sendo utilizado os descritores em português e inglês definidos por meio do DeCS: medicamentos genéricos, política nacional de medicamentos, política de medicamentos genéricos, acesso a medicamentos e acesso a medicamentos essenciais. Levantando-se 45 publicações, com uma redução para 20 após os critérios de inclusão e exclusão pactuados. Os medicamentos genéricos entraram no mercado farmacêutico trazendo baixo custo e devido a isso, houve um aumento significativo na sua utilização. A maioria dos estudos revisados demonstrou que a população possuía conhecimento suficiente em relação aos genéricos. Após a seleção de artigos, observou-se que o acesso assim como o conhecimento da população vem apresentando um crescimento expressivo. No entanto, ainda é preciso implantar programas para aumentar a prescrição de medicamentos genéricos por profissionais médicos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Acesso a Medicamentos. Medicamentos Genéricos. Política Nacional de Medicamentos. Medicamentos Essenciais.

## **ABSTRACT**

The generic drug policy was implemented in Brazil with the aim of offering low-cost drugs to consumers and improving the population's quality and access to drugs. Popular knowledge about generic drugs allows an expansion in the use and safety of these drugs. Thus, the objective of this work is to identify, through a literature review, the population's knowledge and access to generic drugs. This is a descriptive and documentary bibliographic review, based on the Scielo, PubMed and ScienceDirect databases, including publications in Portuguese and English that addressed the topic and published between 2011 and 2021, using the descriptors in Portuguese and English defined through the DeCS: generic drugs, national drug policy, generic drug policy, access to medicines and access to essential medicines. 45 publications were raised, with a reduction to 20 after the agreed inclusion and exclusion criteria. Generic drugs entered the pharmaceutical market bringing low cost and due to this, there was a significant increase in their use. Most of the studies reviewed showed that the population had sufficient knowledge regarding generics. After the selection of articles, it was observed that the access as well as the knowledge of the population has shown an expressive growth. However, programs to increase the prescription of generic drugs by medical professionals still need to be implemented.

## **KEYWORDS**

Access to Medicines. Generic Medicines. National Medicines Policy. Essential Medicines.

## **1 INTRODUÇÃO**

O acesso aos medicamentos foi garantido pela Lei Orgânica da Saúde 8.080/1990, possibilitando assim a ampliação de medicamentos seguros e eficazes para a população. Por meio disso, foi possível inserir a assistência terapêutica integral, garantindo medicamentos gratuitos nas unidades de saúde, expandindo o acesso aos medicamentos e controlando o surgimento de doenças frequentes (ÁLVARES *et al.*, 2017; BRASIL, 1990).

Para garantir a segurança, eficácia e qualidade desses medicamentos, bem como a promoção do uso racional e o acesso da população àqueles considerados essenciais, foi implementada a Política Nacional de Medicamentos (PNM). Além de estabelecer diretrizes como a organização das atividades de vigilância sanitária e a re-

orientação da assistência farmacêutica, a PNM tem entre seus objetivos a promoção do uso de medicamentos genéricos (VASCONCELOS *et al.*, 2017).

Com o intuito de oferecer ao consumidor medicamentos com baixo custo, visando adesão ao tratamento da população brasileira, a Lei 9.787/1999, conhecida como Lei dos Genéricos, surgiu com a ideia de liberar a fabricação de medicamentos por qualquer laboratório credenciado e que tivessem instalações propícias para esta prática (MALHEIROS *et al.*, 2021; BRASIL 1999).

A implantação dos medicamentos genéricos no Brasil concedeu uma redução média nos preços dos medicamentos, alcançada entre 40% e 62%. De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos, os genéricos têm valores 35% mais baixos que os de referência (SILVA *et al.*, 2017).

A entrada desses produtos no mercado farmacêutico gerou vários benefícios à população, como medicamentos de qualidade, seguros e eficazes, comprovados por meio de ensaios de bioequivalência. Estudos feitos no Brasil indicam que 42 a 96% dos habitantes possuem conhecimento sobre medicamentos genéricos, essa avaliação foi feita diante o reconhecimento das características das caixas dos medicamentos como também os valores e qualidades dessas drogas (VALADARES; VALE, 2019).

No Brasil boa parte da população é constituída por pessoas de baixa renda, sem condições de custear tratamentos com medicamentos caros, com a entrada dos genéricos no mercado farmacêutico, várias pessoas que não utilizavam medicamentos ou que não faziam uso contínuo destes, começaram a ter uma opção mais acessível, segura e de baixo custo (SILVA, 2021). Assim, priorizaria a importância do conhecimento dos medicamentos genéricos, como forma de melhoria da acessibilidade à população. Desta forma, o objetivo deste trabalho é identificar por uma revisão da literatura o conhecimento e acesso da população aos medicamentos genéricos.

## 2 METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e documental, na qual, ilustra os pensamentos obtidos por meio da análise dos resultados dos artigos averiguados, seguindo as etapas da elaboração da pergunta norteadora; busca na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos; discussão dos resultados e apresentação da revisão.

Para a investigação bibliográfica foram utilizados 20 artigos científicos, pesquisados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *US National Library of Medicine National Institutes of Health (PubMed)* e *ScienceDirect*.

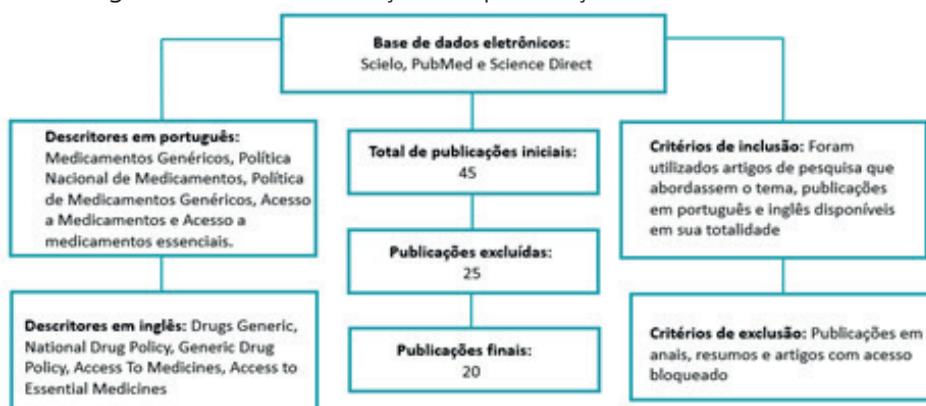
Na pesquisa, foram incluídos artigos em português e inglês que abordassem o tema em questão e publicados entre os anos de 2011 a 2021 em periódicos indexados nos bancos de dados eletrônicos, utilizando os seguintes descritores definidos por meio do Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) em português: Medicamentos Genéricos, Política Nacional de Medicamentos, Política de Medicamentos Genéricos, Acesso a Medicamentos e acesso a Medicamentos Essenciais, em inglês: *Drugs generic*, *National Drug Policy*, *Generic Drug Policy*, *Access to Medicines*, *Access to Essential Medicines*.

Foram utilizadas também monografias, dissertações e teses incluídas nos bancos de pesquisa, relacionados à temática desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso. Para nortear estas pesquisas, as seguintes questões foram levantadas:

- De que forma a Política Nacional de Medicamentos impulsionou o desenvolvimento dos medicamentos genéricos?
- De que maneira os medicamentos genéricos impactam socioeconomicamente na população brasileira?
- Como o conhecimento da população brasileira influenciou na busca e acesso aos medicamentos genéricos?

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos que respeitavam as características a saber: artigos na íntegra, em inglês e português, descritores disponíveis no DEC, teses, dissertações e monografias, publicações dos últimos 10 anos e utilizado como critérios de exclusão, publicações em anais, resumos e artigos com acesso bloqueado ou restrito (FIGURA 1). Como critério de exclusão foram descartados os artigos que não satisfaziam ou não respeitavam as características solicitadas: publicações em anais, resumos e artigos com acesso bloqueado.

**Figura 1** – Fluxograma referente a seleção das publicações utilizadas na revisão da literatura



Fonte: Elaboração própria (2021).

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 3.1 ACESSO AOS MEDICAMENTOS

Os medicamentos ganharam notoriedade e tiveram impacto no acesso à saúde a partir da conferência realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1985, onde foi firmada a ideia de que o acesso a medicamentos tinha um papel central na atenção básica (DE BERMUDEZ *et al.*, 2018).

Posteriormente, a Constituição de 1988 instituiu a saúde como um direito de todos, evidenciando a importância do acesso aos medicamentos, o que fez com que a saúde

conquistasse rumos diferentes. Com isso, favoreceu a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pela Lei nº 8.080/1990, assegurando o desempenho de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (Figura 2) (BRASIL, 1990).

Para assegurar o uso racional de medicamentos, a Assistência Farmacêutica (AF) descrita no Decreto nº 68.806/1971 precisou ser reorganizada, pois não havia uma definição nítida do seu propósito, objetivos e conjunto de atividades que as integravam. Logo, essa reorganização adequou a proposta de elaboração de AF integrada ao SUS, marcando os primeiros 10 anos do SUS com a transferência entre extinção da Central de Medicamentos (CEME) e a vigência da PNM (DE BERMUDEZ *et al.*, 2018).

Diante da ascensão da AF que tinha como propósito garantir a disponibilização de medicamentos gratuitos pelo SUS, o Governo Federal criou o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), instituído pelo Decreto nº 5.090/2004, sendo mais uma alternativa de acesso da população aos medicamentos considerados essenciais. O PFPPB fornece medicamentos a baixo custo sem obstáculos de acesso à população, solicitando apenas a prescrição do medicamento.

**Figura 2** – Linha do tempo das principais reformas legais para desenvolvimento dos medicamentos genéricos



Fonte: Elaboração própria (2021).

De acordo com a OMS, o acesso e utilização de medicamentos têm crescido em todos os países. No Brasil, pesquisas populacionais realizadas recentemente indicam altos índices de acesso aos medicamentos (LEITE *et al.*, 2017).

### 3.2 POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS

O direito à saúde está inscrito na Lei 8.080/1990, no qual garante o acesso da população às atividades de promoção, segurança e recuperação da saúde. Dentro dessas competências, a PNM baseada nos princípios e diretrizes do SUS, apresenta um dos componentes fundamentais para realização de ações capazes de proporcionar melhores condições de assistência à saúde, segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos (MIRANDA, 2013).

Foram estabelecidas como diretrizes da PNM, adoção de relação de medicamentos essenciais; a regulamentação sanitária de medicamentos; a promoção do seu uso racional; a reorientação da assistência farmacêutica; o desenvolvimento científico e tecnológico; a promoção da produção de medicamentos; a garantia da segurança; a eficácia e qualidade dos medicamentos; o desenvolvimento e a capacitação de

recursos humanos (LEMES *et al.*, 2018).

Dentro do âmbito da PNM onde definem as prioridades e responsabilidade da AF foi incluída a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) por meio da portaria 2.982/2009, formando pontos estratégicos para evitar doenças mais comuns (BRASIL, 2009). A RENAME é uma lista de medicamentos essenciais para ações da AF no Brasil, colaborando para a regulamentação da prescrição. Além disso, é um material que direciona condutas administrativas de medicamentos no SUS e tem como referência organizar listas estaduais e municipais (LIMA; REIS, 2020).

### 3.3 MEDICAMENTOS GENÉRICOS NO BRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) define medicamentos genéricos como aqueles que incluem o mesmo princípio ativo, com a mesma concentração, posologia e indicação dos medicamentos de referência, demonstrando segurança e eficácia correspondentes à do medicamento inovador, podendo assim ser intercambiável (FIGURA 3) (ANVISA, 2020).

**Figura 3** – Embalagem dos medicamentos genéricos



Fonte: ANVISA (2010).

Até o final da década de 1990 o Brasil contava com dois tipos de produtos farmacêuticos, os de referência e os similares. Além de possuir uma vigilância sanitária restrita e sem proteção de patentes, fazendo do setor farmacêutico um ramo desregulamentado. Os medicamentos genéricos foram citados pela primeira vez por meio do projeto de Lei 2.022/1991, que proibia o uso de marca comercial nos medicamentos, isso diminuiria os gastos com marketing, assim diminuiria os preços dos produtos e aumentaria o acesso da população (DA FONSECA, 2014).

Entretanto, a adesão dos medicamentos genéricos às políticas de saúde e economia só ganharam visibilidade em 1993, quando foi admitido que a utilização da denominação comum estabelece um dos mecanismos de ajustamento de preços dos

medicamentos. A aprovação dos medicamentos genéricos no Brasil passou por uma longa etapa de estudos e legislações (SILVA, 2021).

Diante disso, foi aprovada a Lei 9.787/1999, considerada um marco na história do país. Por meio desta, as indústrias farmacêuticas começaram a fabricar medicamentos legítimos semelhantes aos de marca, cujas patentes já haviam sido expiradas, possibilitando assim a entrada dos genéricos em todo o país (Figura 3). Os medicamentos genéricos precisam ser submetidos a testes de biodisponibilidade e bioequivalência, atestando possuir as mesmas propriedades físico-químicas e biológicas dos medicamentos referência (LEMES *et al.*, 2018).

**Figura 4** – Número de medicamentos genéricos registrados entre os anos 2000 e 2019



Fonte: ANVISA (2019).

O teste de biodisponibilidade aponta a extensão e velocidade em que o princípio ativo é absorvido e penetrado na circulação sistêmica, atingindo assim, o local de ação. Já o teste de bioequivalência demonstra a equivalência farmacêutica, ou seja, o fármaco tem que liberar as mesmas quantidades de princípio ativo quando estiverem na mesma apresentação e via de administração (BRASIL, 1998).

Os medicamentos genéricos são intercambiáveis com os medicamentos de marca, desde que demonstrem equivalência terapêutica entre si. A determinação da equivalência farmacêutica é fundamentada em testes físicos e físico-químicos, onde as respostas são alusivas à equivalência terapêutica e a disparidade nos resultados podem indicar biodisponibilidades diferentes, comprometendo a bioequivalência entre os dois medicamentos. Dessa forma, o medicamento deve primeiro ser aprovado pelos testes utilizados na equivalência farmacêutica para depois ser submetido aos testes de biodisponibilidade, onde afirmou sua bioequivalência (LEMES *et al.*, 2018).

### 3.3.1. O conhecimento da População sobre os Medicamentos Genéricos

A política pública dos genéricos foi implementada a partir da Lei 9.787/1999 com a necessidade de aumentar o acesso aos medicamentos pela população. O Estado passou a intervir tomando ações preventivas a fim de contribuir no acesso aos me-

dicamentos, disponibilizando medicamentos genéricos que se destacam por apresentar valores acessíveis e possibilitando o consentimento no tratamento de doenças (VALADARES; VALE, 2019).

Foi realizado estudo, onde os entrevistados afirmaram que possuíam conhecimento sobre os genéricos em relação à eficácia e ao custo, e conseqüentemente, a utilização desses medicamentos. Os resultados da mesma mostram que é necessário a introdução de programas com objetivo de aumentar o acesso aos medicamentos genéricos por meio das prescrições médicas (TABELA 1) (DE LIRA *et al.*, 2014).

Tabela 1 – Estudos sobre o conhecimento da população sobre medicamentos genéricos no Brasil

<b>Autor</b>	<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>
De LIRA <i>et al.</i> , 2014	Estudo transversal e descritivo	278
De BERMUDEZ <i>et al.</i> , 2016	Estudo transversal na base populacional	41.433
CICCHELERO <i>et al.</i> , 2020	Uma abordagem quantitativa descritiva	255.718
CRUZ <i>et al.</i> , 2021	Estudo descritivo, de corte transversal e análise quantitativa de campo	393

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Com a disponibilização dos genéricos no Brasil, os resultados dessa pesquisa apontam que 45,5% dos medicamentos utilizados pela população brasileira são genéricos e 37,3% dos oferecidos pelo SUS. Esses dados foram obtidos por meio da análise da predominância do uso de genéricos, das classes econômicas, sexo, idade, escolaridade e regiões do Brasil (DE BERMUDEZ *et al.*, 2016).

Em outro estudo dados mostram que 73,8% da população brasileira confia na qualidade dos genéricos e 68,1% concordam com a troca do medicamento de referência pelo genérico orientado pelo profissional farmacêutico (CICCHELERO *et al.*, 2020).

De acordo com Cruz e outros autores (2021) em uma entrevista com 393 participantes, 96,5% já utilizaram medicamentos genéricos e 89,8% declararam que tiveram resultados eficazes nos tratamentos e após a utilização houve resultados desejados. Além disso, afirma que o conhecimento a respeito dos medicamentos genéricos pela população brasileira aumentou e passou a ter prevalência na busca dos medicamentos genéricos devido ao preço baixo.

Uma pesquisa realizada com a população brasileira indica que 88,11% das pessoas entrevistadas sabiam das políticas de baixo preço dos medicamentos genéricos, 69,8% tinham informações de que estes possuem qualidade da equivalência e 72% conseguia diferenciar as embalagens dos genéricos, por meio dessa pesquisa foi observado quanto maior conhecimento adquiridos sobre o medicamento genérico melhor aceitação pela compra (MALHEIROS *et al.*, 2021).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado neste estudo, nas últimas décadas houve uma grande evolução nas reformas legais brasileiras de acesso aos medicamentos essenciais pela população, colaborando com a recuperação e manutenção da saúde.

Os medicamentos genéricos proporcionam à população brasileira o acesso a medicamentos com preço baixo e com a garantia da qualidade, segurança e eficácia, comprovados por testes de equivalência farmacêutica. Apresentando assim, uma opção a mais para adesão ao tratamento de doenças comuns.

De maneira geral, este estudo demonstrou brevemente que, o conhecimento da população brasileira sobre os medicamentos genéricos aumentou, melhorando assim a aceitação pela compra. Foi observado ainda, que por apresentarem eficácia e baixo custo, houve um crescimento nas buscas, troca e utilização desses medicamentos pela população brasileira. Por fim, a política de medicamentos genéricos, deve incentivar e ampliar as informações para a população para assim decidir opções seguras para o cuidado à saúde.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, J. *et al.* Acesso a medicamentos para pacientes da atenção básica à saúde do Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 2, p. 1-10, Jan, 2017.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Ministério da Saúde. Set. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/genericos>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BEVILACQUA, G. *et. al.* Aquisição de medicamentos genéricos em municípios de médio porte. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 583-589, jun. 2011.

DE BERMUDEZ J. A. Z. Barros MBA. Perfil do acesso e da utilização de medicamentos da população brasileira – contribuições e desafios da PNAUM – Inquérito Domiciliar. **Revista de Saúde Pública**, v. 50, n. 2, p. 1-4, 2016.

BERMUDEZ, J. A. Z. *et. al.* Assistência Farmacêutica nos 30 anos do SUS na perspectiva da integralidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1937-1951, jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.787**, de 10 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9787.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm). Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Portaria GM/MS nº. 3.916, de 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 10 nov. 1998. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916\\_30\\_10\\_1998.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html). Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 14 out. 2021.

CICCHELERO, L. M. *et al.* Knowledge and perceptions about generic drugs by users of PSF in triple borders. **Revista Caderno Saúde Coletiva**, v. 28, n. 2, p. 260-270, jul. 2020.

CRUZ, A. F. P. *et al.* Factors associated with the acceptance of generic drugs by the population. **Journal Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. 1-10, jul. 2021.

FONSECA, E. M. Reforming pharmaceutical regulation: A case study of generic drugs in Brazil. **Policy and society**, v. 33, ed. 1, p. 65-76, mar. 2014.

LEITE, S. N. *et al.* Serviço de dispensação de medicamentos na atenção básica no SUS. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, n. 2, p. 1-10, 2017.

LEMES, E. O. *et al.* História do medicamento genérico no Brasil. **Ensaio ciência**, v. 22, n. 2, p. 119-123, 2018.

DE LIRA, C. A. B. *et al.* Conhecimento, percepções e utilização de medicamentos genéricos: um estudo transversal. **Revista Einstein**, v. 12, n. 3, p. 267-27, jun. 2014.

MALHEIROS, L. R. *et al.* Panorama atual das políticas de medicamentos genéricos no Brasil: Revisão bibliográfica. **Revista Brazilian Applied Science Review**, v. 5, n. 3, p. 1342-1354, maio/jun. 2021.

MIRANDA, V. I. A. **Utilização do programa Farmácia Popular do Brasil**: estudo de base populacional em idosos do município de Pelotas. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

NASCIMENTO, J. M. J. Avanços e perspectivas da RENAME após novos marcos legais: o desafio de contribuir para um SUS único e integral. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 4, p. 3354-3371, out. 2015.

SILVA, C. B. *et al.* Desafios no controle de qualidade de medicamentos no Brasil. **Caderno Saúde Coletiva**, v. 25, n.3, p. 362-370, jul./set. 2017.

VALADARES, A. S.; VALE, B.N. Medicamentos Genéricos no Brasil. **Revista Amazônia: Science & Health**, v. 7, n. 1, p. 1-14, mar. 2019.

VASCONCELOS, D. M. M. *et al.* Política Nacional de Medicamentos em retrospectiva: um balanço de (quase) 20 anos de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 8, p. 2609-2614, ago. 2017.

---

**Data do recebimento:** 20 de Setembro de 2022

**Data da avaliação:** 6 de Outubro 2022

**Data de aceite:** 6 de Outubro de 2022

---

---

1 Graduada em Farmácia, Universidade Tiradentes – UNIT/ SE. E-mail: biacarvalho3@hotmail.com

2 Graduada em Farmácia, Universidade Tiradentes – UNIT/SE. E-mail: jessilaiz@hotmail.com

3 Acadêmica do curso de Farmácia, Universidade Tiradentes – UNIT/SE.

E-mail: barbara.mouraa@outlook.com

4 Acadêmica do curso de Farmácia da Universidade Tiradentes – UNIT/SE.

E-mail: vitalia.bispo@souunit.com.br

5 Mestre em Ciências Farmacêuticas pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe – UFS; Professor Assistente I, no curso de Farmácia, Universidade Tiradentes – UNIT/SE.

E-mail: isiqueira5@hotmail.com